

CONSIDERAÇÕES SOBRE A IMPORTÂNCIA DAS INSTITUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS METRÓPOLES

Gilson Batista de Oliveira ¹

RESUMO

Este artigo tem como objetivo estudar a importância das instituições e do planejamento no processo de desenvolvimento das cidades que compõem uma região metropolitana. Para tanto, parte-se da compreensão e dos conceitos de Douglas C. North, sobre instituições e desenvolvimento, na tentativa de se explicar como a cooperação entre municípios limítrofes com a cidade central (sede da metrópole), e vice versa, pode auxiliar o desenvolvimento metropolitano.

Palavras-chave: Instituições; Metrópole; Desenvolvimento.

ABSTRACT

This paper has as objective to study the importance of the institutions and of the planning in the process of development of the cities of a metropolitan area. For so much, this begins of the understanding and concepts of Douglas C. North in the attempt of explaining as the cooperation among municipal districts with the central city can aid the metropolitan development.

Key words: Institutions, Metropolis; Development.

INTRODUÇÃO

A pesquisa sobre as instituições, seu significado e importância, ganhou maior destaque a partir de 1993 quando Douglas C. North, o autor mais promissor do tema, foi agraciado com o prêmio Nobel de economia.

O trabalho de North relaciona performance econômica com a qualidade e evolução (mudança) das instituições de cada país ou região. De acordo com Gala (2003, p.90), “os estudos de Douglas North somados aos de Williamson, Coase, Demsetz, Alchian, entre outros, deram origem ao programa de pesquisa da Nova Economia Institucional”.

Na obra de North² fica evidenciado que para o desenvolvimento econômico a evolução das instituições pode

ter mais relevância do que avanços tecnológicos. Sendo assim, torna-se necessário uma discussão sobre o significado ou conceito de instituição, principalmente, na obra desse autor.

Isto posto, neste trabalho pretende-se, de maneira geral, estudar como as instituições e como a cooperação entre municípios limítrofes com a cidade central (sede da metrópole) podem auxiliar o desenvolvimento metropolitano. Para tanto, esse artigo é dividido em duas partes. Na primeira parte tenta-se demonstrar como as instituições são essenciais para a promoção do desenvolvimento regional. Por fim, relaciona-se o conceito de instituições com o conceito de metrópole, na tentativa de fazer uma correlação positiva entre ambas.

As instituições surgem para auxiliar a superação de problemas de incerteza e de existência de custos de transação

¹ Economista formado pela Universidade Metropolitana de Santos (UNIMES). Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professor da UniFAE – Centro Universitário. Organizador do livro “**O desenvolvimento sustentável em foco: uma contribuição multidisciplinar**” lançado, em 2006, pela Editora Annablume. C-eletrônico: gilsono@fae.edu.

² O trabalho de North surge como alternativa ao conceito de racionalidade perfeita e maximização da escola neoclássica – *mainstream*. Na visão de North, “os agentes são incapazes de tomar decisões ótimas” devido à ocorrência de problemas de assimetria de informação e de racionalidade limitada que geram incertezas e custos de transação. Maiores detalhes ver North, D. C. “**Institutions, institutional change and economic performance**”. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

1 INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO

As instituições surgem para auxiliar a superação de problemas de incerteza³ e de existência de custos de transação⁴. No trabalho de Gala (2003, p.100) fica claro que, desde os tempos mais remotos até os nossos dias, “indivíduos interagem a partir de regras. Somente a partir do surgimento destas, é possível entender a organização das sociedades”. Desta maneira, pode-se associar instituições com regras ou normas que regem a interação entre os indivíduos da sociedade.

Théret (2003, p. 228), abordando o enfoque da Ciência Política, diz que “as instituições têm sobre o comportamento do indivíduo o efeito de reduzir a incerteza em relação a como será a ação dos outros”.

De acordo com Commons (1931), uma instituição surge à medida que a sociedade passa a adotar uma ação com frequência, padronizando seu uso⁵. De outra forma, instituições são ações coletivas que se repetem e acabam moldando os hábitos e o comportamento da sociedade.

Essa perspectiva de instituição como regra de ação coletiva que controla, restringe ou liberta a ação individual, apresentada por Commons,

“(…) permite explicar sua gênese nos desencontros da oposição conflito/cooperação, já que apesar de serem princípios de uma ordem estabelecida pelo conflito, elas [as instituições] funcionam também como convenções de cooperação e, portanto, como regras de coordenação”. (THÉRET, 2003, p. 249)

Sendo assim, o conceito de instituição refere-se ao comportamento coletivo, social, e não ao comportamento individualista que para o *mainstream* resulta de um cálculo frio de maximização⁶. Em relação ao comportamento da sociedade, conforme explica North (1990), este é fortemente influenciado por crenças, por que não dizer, por ideologias. E estas, por sua vez, devido seu caráter disciplinador reduzem os custos de transação.

“Argumenta North que códigos morais e éticos de conduta, fortemente baseados em ideologias, estão na base da estabilidade social, sendo responsáveis pelo funcionamento do sistema econômico (...). Ideologias, ao sustentarem regras informais, também contribuem fortemente para a manutenção das leis e códigos escritos de uma sociedade através de um efeito legitimador. São estáveis as leis que parecem legítimas aos agentes”. (GALA, 2003, p. 95)

O conceito de instituição apresentado por North está longe de ser meramente uma restrição aos agentes no processo de transação e de tomada de decisão. Como bem aponta Dequech, citado por Gala (2003, p. 101), “as instituições podem jogar também um papel construtivo, e não meramente restritivo, na interação dos indivíduos”.

Não obstante, as diversas instituições de cada sociedade formam um arranjo ou matriz institucional que pode induzir, por meio da redução dos custos de transação e da coordenação das várias atividades humanas, o processo de desenvolvimento econômico de um país ou região.

De acordo com Gala (2003, p.92), o arranjo institucional criado durante a evolução da sociedade é capaz de estimular as atividades econômicas de geração de renda e riqueza. Para esse autor, que resenha o trabalho de North⁷, “o desempenho econômico das sociedades resultará sempre, em última análise, de suas dinâmicas institucionais”.

Nessa linha de raciocínio, as economias (países, regiões ou cidades) que conseguirem desenvolver instituições adequadas e capazes de estimular a interação social conseguirão mais facilmente atingir o desenvolvimento econômico de longo prazo⁸.

O Estado, na medida em que busca um arranjo institucional capaz de induzir o processo de desenvolvimento, aparece como elemento fundamental na dinâmica de North, pois “na medida em que define e cuida do *enforcement* da base legal de uma sociedade, responde diretamente pela manutenção e formação de suas regras formais”. (GALA, 2003, p. 96)

³ “O conceito mais fundamental ou primário do modelo [de North] é a incerteza. A existência desta, (...), impossibilita ou dificulta enormemente a possibilidade de transações econômicas entre pessoas” (GALA, 2003, p. 99). Isso denota claramente a preocupação de North com questões de informação assimétrica ou imperfeita presentes nas relações entre os agentes.

⁴ Os custos de transação são derivados dos problemas gerados pela incapacidade dos agentes em tomar decisões ótimas. Isto é, da assimetria de informação, da racionalidade limitada e da incerteza inerente das relações de troca e da tomada de decisão. Conforme Gala (2003, p. 100), os custos de transação se dividem em dois: custos de *measurement* e custos de *enforcement*. “O primeiro relaciona-se à dificuldade dos agentes em conhecer de fato o objeto da transação em curso. (...) Os custos de *enforcement*, por sua vez, referem-se à incerteza que os agentes têm sobre a propriedade do bem a ser torçado (...) e, portanto, relacionam-se a problemas de legitimidade da transação efetuada”.

⁵ “Commons define instituição de forma ampla como o resultado de toda transação entre pessoas envolvendo regras operativas que estabilizam a tensão entre as outras duas dimensões da transação, que são o conflito e a cooperação”. (THÉRET, 2003, p. 249)

⁶ “(...) a instituição funciona como uma maneira de regular conflitos inerentes ao desenvolvimento de diferenciação de interesses e à assimetria de poder”. (THÉRET, 2003, p. 229)

⁷ No texto publicado por Gala (2003, p. 92) são citados vários exemplos onde às instituições foram decisivas na trajetória de sucesso de diversos países durante os séculos XVI e XVII. “Os casos clássicos são Holanda e Inglaterra, que foram capazes de desenvolver arranjos institucionais para estimular atividades produtivas”. Também citados países cujas instituições atrapalharam o processo de desenvolvimento, como Espanha e França, principalmente no primeiro, “as leis e a organização institucional não teriam contribuído para o florescimento de atividades economicamente produtivas”.

⁸ Nesse ponto, é importante destacar que North entende desenvolvimento como diferencial de taxas de crescimento, que podem ser afetadas pelos custos de transação. (FIANI, 2002)

Sendo assim, dada à relevância do Estado, para compreender a dinâmica das regras formais em uma sociedade é necessário estudar o funcionamento do sistema político. Cabe lembrar que para auxiliar eficazmente a economia na busca do desenvolvimento, o Estado deve promover a constituição de instituições eficientes, que são capazes de igualar o retorno privado ao retorno social das atividades econômicas dos agentes de cada sociedade. “Uma matriz institucional eficiente será aquela capaz de estimular um agente ou organização a investir numa atividade individual que traga retornos sociais superiores a seus custos sociais” (GALA, 2003, p. 97). Tal matriz ou arranjo institucional depende de um aparato de *enforcement* eficaz.

É dentro desse contexto que as organizações⁹ surgem para auxiliar na redução da incerteza e dos custos de transação. Isto é, surgem para interagir com as demais organizações, com os demais agentes e com as próprias instituições na coordenação das atividades humanas. E é desta interação que se resulta um desempenho econômico positivo.

“Ao longo do processo histórico, as diversas organizações podem investir seus esforços das mais variadas maneiras, sempre buscando na margem os maiores *pay-offs* para suas ações. Podem investir em atividades econômicas socialmente produtivas – como em novas tecnologias de produção –, podem investir em atividades redistributivas – como, por exemplo, a formação de monopólios. Podem ainda investir na própria alteração das regras do jogo, mudando, portanto, a matriz institucional sob a qual estão operando”. (NORTH, 1990 *apud* GALA, 2003, p. 101)

Isso significa que quando há certa convergência dos interesses das organizações, a sociedade pode ser conduzida para um desempenho econômico positivo, quer dizer, pode apresentar uma boa *performance* econômica¹⁰. As organizações, no intuito de obter um retorno maior de suas atividades, investem na margem, em atividades econômicas ou políticas e, conforme explicitado acima, são os principais agentes de mudança no modelo institucional apresentado por Douglas North na obra de 1990. Tal convergência de interesses entre as organizações pode ser tratada como um equilíbrio institucional, cuja alteração pode ser desencadeada principalmente por ação das organizações componentes da matriz institucional de cada sociedade. Tal equilíbrio ocorrerá quando nenhuma organização tiver estímulo ou interesse para alterar as regras

formais e informais que regem a sociedade. Não esquecendo, é claro, que tais regras são, na concepção desse autor, as instituições de cada país ou região.

2 A METRÓPOLE E O DESENVOLVIMENTO METROPOLITANO

Uma vez discutido o conceito de instituição, cabe apresentar e definir o que se entende por metrópole ou região metropolitana, que é um tema constantemente discutido entre os geógrafos e estudiosos do assunto. Justamente por esse motivo, neste tópico serão apresentadas algumas interpretações que ajudarão à compreensão da problemática levantada inicialmente.

Sendo assim, segundo Firkowski (2002), a metrópole é um centro urbano de grande porte, populoso, moderno e por isso dotado de graves problemas de desigualdades econômicas e sociais.

Lencioni (2003) nos diz que a metrópole ou cidade-região¹¹ está inserida em um território cujos limites entre as cidades vizinhas estão tão próximos que se tornam “invisíveis”. A rede de serviços oferecidos entre elas se complementa e se confunde a tal ponto que é difícil de distinguir as fronteiras territoriais que as separam, tornando-as uma só. Este conceito é aplicado ao espaço então denominado de região metropolitana. A mesma idéia está presente no trabalho de Leroy (2000) e de Scott, Soja e Storper (2001), que identificam a dimensão do espaço da metrópole pela conectividade das atividades econômicas praticadas na cidade sede da região metropolitana.

A questão metropolitana ganha força a cada momento por tratar de aspectos relativos ao urbano, pois é no espaço urbano que se concentra a maioria das atividades humanas e, por conseguinte, as atividades sociais.

“O fenômeno urbano se estende sobre uma grande parte do território (...). Atravessa alegremente as fronteiras nacionais (...). Este território está encerrado num tecido urbano cada vez mais cerrado, não sem diferenciações locais e sem ampliação da divisão (técnica e social) do trabalho para as regiões, aglomerações e cidades”. (LEFEBVRE, 1991, p. 10).

Na atualidade, a noção de metrópole é frequentemente utilizada para qualificar as principais aglomerações urbanas de um país, que comportam algumas centenas de

⁹ Conforme Dalsasso (2006, p. 1), “toda instituição é organização, mas a recíproca nem sempre é verdadeira. As organizações são instrumentais; têm claro senso de hierarquia e racionalização e preocupam-se com a produtividade e o controle. São bem sucedidas as que alcançam seus objetivos. É no estabelecimento dos objetivos que estão os riscos. Entra aí a importância da instituição, ente vivo, produto das necessidades e pressões sociais, valorizada pelos seus membros e pelo ambiente, pelo que é, pelo que pode fazer e pelo que faz. É, então, portadora de identidade própria, preocupada não somente com o lucro ou o benefício privado, mas com a sobrevivência e a perenidade, sendo gerida por um claro sentido de missão e responsabilidade social. A instituição define padrões de comportamento, práticas ou processos que mantêm estáveis, válidos e relativamente constantes em um determinado grupo social”.

¹⁰ “Uma organização, ao operar, afeta variáveis políticas e econômicas. Quando seu cálculo de custo-benefício levá-la a atuar na esfera política, isto é, alterar leis, contratos e normas, assistiremos a uma mudança institucional”. (GALA, 2003, p. 102)

¹¹ A cidade-região é “um produto associado à reestruturação produtiva. Essa cidade-região está relacionada ao processo de metropolização do espaço, processo esse que imprime características metropolitanas aos territórios.” (LENCIONI, 2003, p. 7).

A noção de metrópole é frequentemente utilizada para qualificar as principais aglomerações urbanas de um país, que comportam algumas centenas de milhares de habitantes, que são multifuncionais e que estabelecem relações econômicas com várias outras aglomerações.

milhares de habitantes, que são multifuncionais e que estabelecem relações econômicas com várias outras aglomerações.

Conforme Ascher (1995), o fenômeno da metropolização não é igual em todos os países e regiões, pois se trata de um processo de evolução urbana que é intrinsecamente ligado aos movimentos sociais e políticos de cada local. Nas palavras do autor, a verdade é que a metropolização toma formas relativamente diversificadas, por exemplo:

- i) Nos países do sul da Europa, como no Sudeste da Ásia, a metropolização é simultânea de uma urbanização mais clássica; ela se alimenta ainda em parte da emigração rural e se concretiza por uma extensão e uma densificação das grandes cidades;
- ii) Nos países de urbanização antiga, como a Grã Bretanha ou Alemanha, onde a densidade média é elevada, a metropolização se opera mais por uma dilatação das principais zonas urbanas, e pela integração das cidades periféricas, através do conjunto de uma região, no funcionamento metropolitano (migrações alternantes e relações econômicas cotidianas no interior de um mesmo espaço metropolitano).

Ascher (1995) ressalta ainda que na Alemanha (...) parece emergir as “cidades-regiões” (ou as regiões metropolitanas), isto é, conjuntos regionais “integrados” formando o que os americanos chamam de **daily urban system**.

Em relação às características de uma metrópole, que neste trabalho é entendida como cidade centro da região metropolitana, tanto Ascher (1995) quanto Julien (2002) concordam que esta concentra, cada vez mais, atividades estratégicas de alto valor agregado, identificadas por funções (informação, pesquisa, pesquisa-indústria, comércio atacadista, comercial-industrial), setores de atividade (impressão e edição, estudos, conselhos e assistência, administração pública, pesquisa e ensino superior, indústria, comércio interindustrial) e profissões (chefe de empresas, pessoal, jornalistas, pesquisadores, engenheiros, arquitetos, médicos, pessoal do comércio, etc.).

Ascher (1995) chama atenção para a crescente evolução da área de influência e das relações das metrópoles

com outras regiões e até mesmo países. Para ele a dinâmica urbana dessas áreas está cada vez mais complexa e os conceitos carecem de ser revistos. Para tanto, sugere uma nova denominação: a metápole.

“...une métropole est l’ensemble des espaces dont tout ou partie des habitants, des activités économiques ou des territoires sont intégrés dans le fonctionnement quotidien (ordinaire) d’une métropole. Une métropole constitue généralement un seul bassin d’emploi, d’habitat et d’activités. Les espaces qui composent une métropole sont profondément hétérogènes et pas nécessairement contigus. Une métropole comprend au moins quelques centaines de milliers d’habitants”¹². (ASCHER, 1995, p. 34).

Sendo assim, a compreensão do fenômeno urbano nas grandes cidades, entendidas no Brasil como cidades sedes (principais) das assim chamadas regiões metropolitanas, exige a extrapolação dos limites físicos estabelecidos pela legislação, pois as metrópoles, conforme demonstrado por Ascher (1995), atingem áreas cada vez mais distantes do epicentro decisório.

“Um complicador para o governo metropolitano decorre, certamente, da posição hegemônica e da centralização econômica e política do município central, que corresponde, geralmente, à capital ou à cidade mais importante. Essa posição implica fragilidade de articulação entre os municípios metropolitanos e dificuldades para a resolução de problemas comuns e para a efetiva integração de políticas”. (DAVIDOVICH, 2004, p. 223)

Dada à diversidade dos interesses de cada cidade componente de uma metrópole, surge a necessidade de se criar uma instituição supra-municipal que busque a convergência dos interesses e coordene as atividades regionais¹³. Tal instituição deve ter a participação efetiva de todos os membros da metrópole, no processo de planejamento e de execução do plano, para conseguir atingir o objetivo de promover o desenvolvimento equitativo do seu território¹⁴. Isto implica na necessidade de cooperação entre os membros da metrópole ou região metropolitana para se alcançar metas e objetivos em comum, pois, devido o alto

¹² De acordo com a tradução da Professora do Departamento de Geografia da UFPR, D^a. Olga L. C. F. Firkowski, “... uma metápole é um conjunto de espaços onde todos ou parte dos habitantes, das atividades econômicas ou dos territórios estão integrados no funcionamento cotidiano (ordinário) de uma metrópole. Uma metápoles constitui geralmente uma só bacia de empregos, de habitantes e de atividades. Os espaços que compõem uma metápoles são profundamente heterogêneos e não necessariamente contíguos. Uma metápoles compreende ao menos algumas centenas de milhares de habitantes”.

¹³ Cabe lembrar que a participação da sociedade local na criação dessa instituição é fundamental para traçar uma trajetória de sucesso de suas ações, pois “instituições novas enfrentam elevados set-up costs”. (FIANI, 2002, p.51)

grau de proximidade física, todos fazem parte do mesmo espaço de planejamento.

De acordo com Motta e Ajara (2001), as cidades brasileiras superam cada vez mais as suas delimitações legais, formando aglomerações urbanas, sejam elas metropolitanas ou não. Dessa forma, a rede urbana brasileira vem sendo constituída por redes de cidades, as quais, pelo fato de estarem fisicamente próximas umas às outras, se comunicam e interagem entre si, estabelecendo trocas de informações, serviços, estruturas urbanas e sociais, entre outras.

“A rede urbana do país, portanto, compreende o conjunto de

centros urbanos que polarizam o território nacional e os fluxos de pessoas, bens e serviços que se estabelecem entre eles e com as respectivas áreas rurais. É formada por centros urbanos de dimensões variadas, que estabelecem relações dinâmicas entre si de diferentes magnitudes”. (MOTTA e AJARA, 2001, p. 10).

Conforme Scott, Soja e Storper (2001), a fragmentação dificulta a gestão dos problemas que afligem uma metrópole. Os autores apontam para a necessidade do surgimento de uma identidade regional cooperativa capaz de sustentar o desenvolvimento econômico .

CONCLUSÃO

Utilizando o enfoque institucionalista para entender a busca do desenvolvimento nas regiões metropolitanas (metrópoles), denota-se que o enfoque de North se encaixa perfeitamente, pois estas foram criadas por leis (normas formais) para atender uma demanda social local. No caso do Brasil, isto significa que o Estado cria uma instituição na tentativa de harmonizar os interesses da população das cidades de uma mesma aglomeração urbana. Porém, a simples criação de uma região metropolitana pelo Estado, ou de uma nova instituição, através de seu poder de mando, não assegura, isto é, não garante que a região atinja maiores e melhores níveis de desenvolvimento. O que implica na necessidade de rever a questão, assim como a necessidade de rever a forma de participação da sociedade na formação e no planejamento do desenvolvimento de novas regiões metropolitanas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento e instituições: a importância da explicação histórica. *In*: ARBIX, G; ZILBOVICIUS, M e ABRAMOVAY, R. **Razões e ficções do desenvolvimento**. São Paulo: UNESP/EDUSP, 2001.

ASCHER, F. **Metápolis ou l'avenir des villes**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1995.

COMMONS, J. R. Institutional economics. **American Economic Review**, vol.21, n.º4, dec./1931.

DALSASSO, H. **A era das instituições como agentes do desenvolvimento**. Texto produzido em 4 out. 2006. Disponível em: <http://www.cofecon.org.br>. Acesso em 5 jan. 2007.

DAVIDOVICH, F. A “volta da metrópole” no Brasil: referências para a gestão territorial. *In*: RIBEIRO, L. C. (org). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo/Rio de Janeiro: FASE/Ed. Persea Abrano/Observatório das Metrópoles, 2004.

¹⁴ A instituição supra-municipal deve atuar de forma eficiente na organização e coordenação das atividades de interesse comum a fim de dirimir conflitos entre os membros da região. De acordo com Abramovay (2001), o desempenho econômico depende primordialmente da organização eficiente da sociedade, que cria estímulos e incentivos para as atividades que aproximam as taxas privadas e sociais de retorno. “A criação dessas entidades [instituições supra-municipais] constitui uma estratégia do regime autoritário, como suporte de uma geopolítica de integração do território nacional e de desenvolvimento econômico, com respaldo em uma sociedade predominantemente urbana. Partia-se da premissa de que o conjunto hierarquizado de cidades, funcionalmente interdependentes, representava um recurso básico para atender à realização de metas comuns e a princípios de equilíbrio do sistema”. (DAVIDOVICH, 2004, p. 198).

FIANI, R.. **Crescimento econômico e liberdades:** a economia política de Douglas North. Campinas: Revista Economia e Sociedade, v.11, n.º 1, jan./jun.2002.

FIRKOWSKI, O. L. C. F. A Nova Lógica de Localização Industrial no Aglomerado Metropolitano de Curitiba. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.103. Curitiba: IPARDES, 2002.

GALA, P. A teoria institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, vol.23, n.º2, abril–junho/2003.

_____. A retórica na economia institucional de Douglas North. **Revista de Economia Política**, vol. 23, n.º2, abril–junho/2003b.

GIANNETTI, E. **Nada é tudo:** ética, economia e brasilidade. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GOTTDIENER, M. **A produção social do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1993.

HILHORST, J. **Planejamento regional:** enfoque sob sistemas. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

JULIEN, P. Onze fonctions pour qualifier lês grandes villes. **Insee Premier**. Paris: Insee, n.840, 2002.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade.** São Paulo: Ed. Moraes, 1991.

LENCIONI, S. A emergência de um novo fato urbano de caráter metropolitano em São Paulo. A particularidade de seu conteúdo sócio-espacial, seus limites regionais e sua interpretação teórica. In: **Anais do X Encontro Nacional da ANPUR**. Belo Horizonte: ANPUR, 2003.

LEROY, S. Sémanthiques de la métropolisation. In: **L'espace géographique**. Montpellier: Éditions Belin, n.1, 2000.

MOTTA, D. M. e AJARA, C. Configuração da Rede Urbana do Brasil. In: **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n.100. Curitiba: IPARDES, 2001.

NORTH, D. C. **Structure and change in economic history**. New York: Norton, 1981.

_____. **Institutions, institutional change and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

SCOTT, A; SOJA, E; e STORPER, M. Cidades-regiões globais. In: **Espaço e debates: aliança e competição entre cidades**. São Paulo: NERU, n.41, 2001.

SOJA, E. **Geografias pós-modernas:** a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

THÉRET, B. **As instituições entre as estruturas e as ações**. São Paulo: Revista Lua Nova, nº 58, 2003, p. 225-255.